



SEMINÁRIO

MERCADO DE CARBONO no Brasil e o papel do MP

Painelistas e Presidentes de Mesa

Currículos Resumidos

MERCADO DE CARBONO no Brasil e o papel do MP

Mauro Campbell Marques — Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Mauro Campbell Marques é ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) desde 2008 e exerce, no biênio 2024–2026, o cargo de Corregedor Nacional de Justiça, no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Natural de Manaus (AM), é graduado em Ciências Jurídicas pelo Centro Universitário Metodista Bennett. Ingressou no Ministério Público do Estado do Amazonas em 1987, onde atuou como promotor e procurador de Justiça e exerceu, por três vezes, o cargo de procurador-geral de Justiça. Ao longo de sua trajetória, também exerceu funções como corregedor-geral da Justiça Federal, corregedor-geral da Justiça Eleitoral, membro efetivo do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e diretor-geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). Participou, ainda, de comissões de juristas responsáveis por propostas de atualização legislativa, incluindo os trabalhos relacionados à reforma da Lei de Improbidade Administrativa.

Ilan Presser — Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) e Conselheiro Nacional de Justiça (CNJ)

Ilan Presser é juiz federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) e conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o biênio 2026–2028, tendo tomado posse em maio de 2026. Graduado em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), com período de estudos na Ludwig-Maximilians-Universität de Munique, na Alemanha, é mestre em Direito Constitucional pela USP, com dissertação sobre litigância climática em cortes constitucionais. Foi procurador da Fazenda Nacional, secretário-geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e presidente da Associação dos Juizes Federais da 1ª Região (Ajufer). Atua também como docente de Direito Ambiental e Direito Constitucional em escolas da magistratura e cursos de pós-graduação.

José Pedro Bastos Neves — Secretário-Adjunto da Secretaria Extraordinária do Mercado de Carbono do Ministério da Fazenda

Macroeconomista aplicado dedicado aos temas de economia verde, crédito e política fiscal. Atualmente é Coordenador-Geral de Estrutura Produtiva e Sustentabilidade na Secretaria de Política Econômica - Ministério da Fazenda. Possui Ph.D. em Economia pela The New School de Nova York, e traz cinco anos de experiência profissional como assessor econômico da Secretaria do Tesouro Nacional. Pesquisa sobre a relevância do crédito para o desempenho macroeconômico e sobre políticas fiscais verdes. Pesquisou anteriormente sobre o processo de desindustrialização brasileiro e suas implicações para a macroeconomia.

Luciano Furtado Loubet — Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS) e Presidente da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA)

Luciano Furtado Loubet é Mestre e Doutor em Direito Ambiental, palestrante em mais de 10 países, autor de vários livros, professor em cursos de especialização, com atuação forte nas temáticas da tutela da paisagem, licenciamento ambiental, desmatamento, incêndios, resíduos sólidos, logística reversa, dentre outros. Vice-Presidente da Associação Brasileira de Membros de Ministério Público Ambiental (www.abrampa.org.br). Membro Fundador e primeiro coordenador da Rede Latino-Americana de Ministério Público Ambiental com presença em 19 países (www.redempa.org). Promotor de Justiça no Mato Grosso do Sul onde exerce o cargo de Diretor do Núcleo Ambiental no Ministério Público de Mato Grosso do Sul.

Thiago Vasconcellos Barral Ferreira — Subsecretário(a) de Implementação

Funcionário de carreira da Empresa de Pesquisa Energética - EPE, onde ingressou em 2007. Experiência de 18 anos em planejamento e políticas energéticas. Ocupou cargos de Secretário Nacional de Transição Energética e Planejamento do Ministério de Minas e Energia (2023-2025) e de Presidente da EPE (2019-2023). Na EPE, ocupou também cargos como de Diretor de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais e de Superintendente de Projetos de Geração. Foi conselheiro de administração da EPE, do Operador Nacional do Sistema (ONS) e da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional - ENBPar. Possui graduação em engenharia civil (UFJF), mestrado em recursos hídricos e meio ambiente (COPPE/UFRJ) e especialização em administração

MERCADO DE CARBONO no Brasil e o papel do MP

pública (FGV) e em engenharia de fundações (COPPE/UFRJ). Já foi membro titular do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) e suplente do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM).

Ana Maria Borges Tomé — Consultora na Gerência de Finanças Sustentáveis e Bancarização da Caixa Econômica Federal

Ana Maria Borges Tomé possui mais de 15 anos de experiência atuando no mercado de carbono, iniciando sua atuação no mercado regulado com projetos pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Atualmente é a responsável pela Estratégia de Carbono para atuação da CAIXA diante dos novos cenários do mercado. É mestre em Economia pela FGV, com foco em mercado de carbono, e cursa MSc em Sustentabilidade pela University of London.

Julie Messias — Diretora Executiva da Aliança NBS (Nature Based Solutions)

Julie Messias é especialista em governança ambiental e climática e já presidiu o Fórum de Secretários de Meio Ambiente da Amazônia Legal, o Comitê Diretivo para o Brasil do GCF Task Force (Governadores pelo Clima e Floresta) e a Câmara Técnica de Meio Ambiente no Consórcio da Amazônia Legal (CAL). É reconhecida pela atuação de forma transversal na agenda de REDD+, tendo acompanhado o primeiro projeto jurisdicional de pagamento por resultados, o Programa REM (REDD+ para Pioneiros) do Banco Alemão KfW, implementado no Estado do Acre. Já atuou na CONAREDD+ (Comissão Nacional do REDD+) em diferentes posições de representação e acompanhamento, ampliando o diálogo entre os diferentes setores. Sua atuação no setor privado inclui o desenvolvimento de estratégias para a captação de recursos climáticos, a estruturação de instrumentos financeiros para carbono e biodiversidade, além da construção de parcerias com empresas e investidores interessados na agenda de soluções baseadas na natureza. A nova diretora atua há mais de 10 anos nas Conferências das Partes da ONU. Coordenou o Pavilhão do Brasil na COP Clima 26, em Glasgow, quando foram estabelecidas as regras do Mercado Global de Carbono no acordo do livro das regras de Paris, tendo acompanhado ativamente as rodadas de negociação. Também coordenou o Pavilhão do Brasil na COP 27, em Sharm El Sheik. Na COP 16 de Biodiversidade, em Montreal, no Canadá, coordenou a delegação nacional. Atuou na parte técnica da Medida Provisória 1151/22, que resultou na Lei 14.590/23, que muda as regras da gestão de florestas públicas por concessão, para ampliar as possibilidades de exploração da área pelo concessionário, permitindo o comércio de crédito de carbono e a exploração da biodiversidade da unidade concedida, até então proibida.

Newton Pereira Ramos Neto — Desembargador Federal - Tribunal Regional Federal da 1ª Região

É magistrado federal desde junho de 2005, quando tomou posse como Juiz Federal Substituto na Subseção Judiciária de Caxias/MA, tendo sido removido para a Seção Judiciária de São Luís/MA no ano de 2006. Em 2011, foi promovido ao cargo de Juiz Federal Titular da Subseção Judiciária de Imperatriz/MA, onde permaneceu até 2013, quando então foi removido para a Seção Judiciária de São Luís/MA. Sua última lotação como magistrado de primeira instância foi na 25ª Vara Federal do Distrito Federal, para onde foi removido no ano de 2021. Entre as funções administrativas de maior destaque exercidas, foi Diretor do Foro das Subseções Judiciárias de Caxias e Imperatriz, tendo atuado, neste tribunal, como juiz auxiliar da Corregedoria Regional (2017-2018; 2020-2022), da Presidência (2018) e da Vice-Presidência (2018-2020; 2022). Também foi Gestor Estratégico de Metas do 1º Grau e membro do Comitê Gestor de Crise do TRF1, do Núcleo de Cooperação Judiciária da Justiça Federal da 1ª Região, do Comitê Regional de Gestão, Acompanhamento e Aprimoramento do Programa Justiça 4.0, do Comitê Gestor Regional da Plataforma Digital do Poder Judiciário, da Comissão de Gestão do Teletrabalho, do Grupo de Trabalho instituído para a definição dos critérios a serem utilizados para classificação das ações que compõem a Meta 12 da Justiça Federal da Rede de Inteligência da 1ª Região, da Comissão de Julgamento do Selo Estratégia em Ação e do Laboratório de Inovação da Justiça Federal da 1ª Região – LABJF1. Tomou posse como Desembargador Federal em 10/05/2023, integrando a 11ª Turma e a 3ª Seção (competência residual). Foi Presidente da Associação dos Juizes Federais da 1ª Região (2014/2016) e Vice-Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil – 1ª Região (2016/2018). É Doutor em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2013/2017) e Mestre em Direito, Estado e Constituição pela Universidade

MERCADO DE CARBONO no Brasil e o papel do MP

de Brasília (2009-2011). Foi Técnico Administrativo do Ministério Público da União (lotação no Ministério Público Federal), Procurador do Estado e Juiz de Direito, todos no Estado do Maranhão. É, ainda, Professor Adjunto na Universidade Federal do Maranhão desde 2011, na graduação e mestrado, atuando atualmente em cooperação técnica na Universidade de Brasília. É autor de livros e artigos em revistas especializadas, especialmente nas áreas de Direito Processual Civil e Direito Constitucional. Recebeu, entre outras, as seguintes honrarias: Láurea Acadêmica – Universidade Federal do Maranhão; Ordem Timbira do Mérito Judiciário do Trabalho no grau Oficial - Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região; Ordem do Mérito do Ministério da Justiça no Grau Grande Oficial; Homenagem do Instituto Brasileiro de Educação em Direito e Fraternidade – serviços prestados através do Projeto “Falando Direito”.

PRESIDENTE DE MESA

Gustavo de Souza de Oliveira Victorio — Auditor Fiscal da Receita Estadual do Maranhão

Mestre em Direito Tributário, com pesquisa voltada à Tributação Verde. Graduado em Matemática. Possui MBA em Agronegócios pela USP e pós-graduação em Auditoria e Perícia Contábil, tendo formação interdisciplinar aplicada à análise econômica, fiscal e ambiental. Auditor Fiscal da Secretaria da Fazenda do Maranhão, com atuação estratégica na integração entre Direito Tributário e Direito Ambiental. Idealizador e coordenador do SIFMA – Selo Verde, projeto pioneiro de fiscalização tributária e socioambiental do agronegócio, premiado pelo Tesouro Nacional como a melhor solução em gestão fiscal do Brasil. Atua na agenda de finanças verdes e contribuiu para a Lei de Tributação Ecológica do Maranhão e na negociação de créditos de carbono. Participou da COP-27 (Egito) e COP-30 (Belém-PA) e fóruns nacionais e internacionais sobre clima e florestas. É professor de Direito Tributário e Direito do Agronegócio em pós-graduações no Brasil.

Letícia Guimarães — Chefe de Mercados de Carbono (Head of Carbon Markets) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Letícia Guimarães é Chefe Global de Mercados de Carbono e Assessora Técnica Global Sênior do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Especialista em financiamento climático e ambiental, possui 18 anos de experiência em mercados de carbono, REDD+, financiamento baseado em resultados e políticas públicas climáticas. Antes de ingressar no PNUD, atuou no Ministério do Meio Ambiente do Brasil, onde liderou o desenvolvimento da Estratégia Nacional para REDD+, exerceu a função de ponto focal do Brasil para REDD+ junto à Convenção do Clima e participou das negociações do Marco de Varsóvia para REDD+ e do Acordo de Paris. Atualmente, assessora os governos de mais de 40 países da América Latina, África e Ásia-Pacífico na preparação e implementação de mercados de carbono de alta integridade e de estratégias de financiamento para o cumprimento de suas metas climáticas.

Luiza Cristina Fonseca Frischeisen — Subprocuradora-Geral de Justiça e Coordenadora da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (4CCR/MPF)

Membro do Ministério Público Federal desde 10/04/1992; Subprocuradora Geral da República desde 06/10/2015, lotada na Procuradoria Geral da República, no exercício de ofício criminal junto ao Superior Tribunal de Justiça; Membro do Conselho Superior do Ministério Público Federal com mandato de agosto/2017 a agosto/2019, agosto/2019 a agosto/2021 e agosto/2022 a agosto/2024, eleita pelo colégio geral dos Procuradores da República. Coordenadora da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal com mandato de junho/2016 a junho/2018 e de junho/2018 a junho/2020. Membro Titular da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal com mandato de Junho/2020 a Junho/2022 e junho/2022 a junho de 2024 (eleita pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal). Coordenadora Suplente da Coordenação de Distribuição da PGR/STJ Procuradora Regional da República entre 16/10/1998 e 05/10/2015, lotada na Procuradoria Regional da República da 3ª Região entre outubro de 1998 e abril de 2014 e desde então na Procuradoria Regional da República da 1ª Região Representante do Ministério Público da União no Conselho Nacional de Justiça para mandato de 03/11/2013 a 02/01/2015 Coordenadora da Governança do Sistema Único do Ministério Público Federal desde maio de 2015. Membro suplente da 2ª

MERCADO DE CARBONO no Brasil e o papel do MP

Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (Criminal e de controle externo da atividade policial) com mandato entre Agosto/2012 e Agosto/2014 Membro do Grupo de Trabalho sobre Eficiência na Persecução Penal da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão - Maio/2014 a Maio/2016. Colaboradora do Grupo de Trabalho de Combate à Violência Doméstica e Defesa dos Direitos Sexuais e Reprodutivos do Conselho Nacional do Ministério Público – 2013 Membro do Grupo de Trabalho do Sistema Prisional da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão em São Paulo – 2013 Capacitadora e conteudista do Curso de Especialização em Direito Aplicado ao MPU, da Escola Superior do Ministério Público da União – Plataforma EAD – Período: 2013 Membro da Comissão da Escola Superior do Ministério Público da União destinada a elaborar projeto pedagógico do Curso de Ingresso e Vitaliciamento de Procuradores da República desde 2012. Procuradora-Chefe da PRR3ª Região, eleita pelos pares e designada pelo Procurador Geral da República para os períodos 28/06/2008 a 28/06/2010 e 28/06/2010 a 28/06/2012 Coordenadora do Grupo de Trabalho do Controle Externo da Atividade Policial da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF em 2011 e 2012. Membro do Grupo de Trabalho de Direitos Sexuais e Reprodutivos da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão no período de 2005 a 2012. Membro do Grupo de Trabalho sobre Planejamento Estratégico Criminal da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF no período de 2008 a 2010 Procuradora-Chefe substituta da PRR/3ª Região, eleita pelos pares e designada pelo Procurador Geral da República entre 28/06/2002 a 27/06/2008 Coordenadora do V Curso de Ingresso e Vitaliciamento para Procuradores da República – Etapa à Distância – Turma de 2006/2007. Membro do Conselho Penitenciário de São Paulo, representante do Ministério Público Federal entre 27/02/2003 e Dezembro de 2004. Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão no Estado de São Paulo entre 01/07/96 e 15/10/98 Representante do Ministério Público Federal no Conselho de Entorpecentes do Estado de São Paulo entre maio de 1995 e maio de 1997. Atuação junto à área criminal da Procuradoria da República, na capital do Estado de São Paulo, entre 10/04/92 e 30/06/96. Assessora Jurídica da Câmara Municipal de São Paulo entre janeiro e março de 1992, aprovada em concurso público, tendo atuado junto à Comissão de Constituição e Justiça da referida casa legislativa. Advogada de 1989 a 1991 em escritórios na cidade do Rio de Janeiro.

Ravana Marques — Gerente Executiva do Instituto Caminhos Sustentáveis

Mestre em Ciências Florestais pelo departamento de Engenharia Florestal da Universidade de Brasília - UnB. Graduada em Gestão Ambiental pela Faculdade UnB - Planaltina. Realizou estágio na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária -Embrapa Cerrados (Unidade CPAC - Planaltina), na área de Manejo e Conservação dos recursos Naturais. Possui experiência na atuação de projetos em Unidade de Conservação trabalhando com indicadores de qualidade ambiental; Projetos de Extensão com foco em Inovações gerenciais para gestão de empreendimentos da Agricultura Familiar, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), na área de Desenvolvimento Rural. Participou da equipe de desenvolvimento da plataforma WebAmbiente - sistema de informação interativo para auxiliar tomadas de decisão no processo de adequação ambiental da paisagem rural que contempla o maior banco de dados já produzido no Brasil sobre espécies vegetais nativas e estratégias para recomposição ambiental. Possui experiência com consultoria ambiental voltada a indicadores ambientais, gestão ambiental, desenvolvimento sustentável e análise econômica e financeira dos projetos ambientais. Tem atuação também voltada a elaboração e execução de projetos de logística reversa, execução de estratégias no âmbito da Política Nacional de Resíduos sólidos atuando como Analista de Projetos de Inovação e sustentabilidade para empresas, sociedade civil e do terceiro setor.

Fabio Brasileiro — Diretor Titular do Departamento de Meio Ambiente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)

Diretor Titular do Departamento de Meio Ambiente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Executivo com quase 20 anos de experiência nas áreas de Governança Corporativa, Gestão de Riscos, Compliance, ESG, sustentabilidade e relações institucionais. É fundador e sócio-idealizador da Brasileiro Consultoria. Atuou na KPMG e foi Diretor do Departamento de Patrimônio Genético da Secretaria de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente, tendo também participado do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen).

MERCADO DE CARBONO no Brasil e o papel do MP

PRESIDENTE DE MESA

Daniela Haum Serafim — Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás (MPGO)

Possui graduação em direito pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2002). Atualmente é Promotora de Justiça do Estado de Goiás. Coordenadora do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente e Consumidor do Ministério Público de Goiás; Mestre em Direito e Políticas Públicas pela UFG. Especialista em Métodos Autocompositivo e Neurociência. Atuou como professora do curso de pós graduação da União Metropolitana de Educação e Cultura e professora e coordenadora do curso de direito - Cesupi Faculdade de Ilhéus. Exerceu a função de Conselheira da segunda turma do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-BA. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito.

Herena Neves Maués Corrêa de Melo — Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA)

Promotora de Justiça Agrária do Ministério Público do Estado do Pará, Coordenadora Adjunta do Centro Operacional de Direitos Humanos do MPPA Representante do MPPA da Comissão de Soluções Fundiárias do TJ/PA; Doutora em Ciências - PDSTU (NAEA-UFPA) - em populações tradicionais; Doutora em Gestão Estratégica para Sustentabilidade (PPAD-UNAMA); Pós-Doutora em Direitos Fundamentais (Universitá Degli Studi di Mesina), Mestra em Direitos Humanos (PPGD-UFPA), Especialista em Gestão Ambiental (NUMA-UFPA); Referência nacional em questões agroambientais e fundiárias. Articuladora governamental de políticas públicas de meio ambiente e agrário. Doutrinadora em direitos humanos. Colaboradora estratégica de organismos internacionais no enfrentamento do tráfico de pessoas e contra crimes ambientais. Responsável por projetos de segurança alimentar dos povos tradicionais, soberania cultural e territorialização na Amazônia. Palestrante sobre mudanças climáticas e descarbonização. Coordenadora de ações integradas em defesa da condição da mulher e mudanças climáticas.

Rodrigo Brandão — Sócio-fundador e CEO da Joias Ecológicas da Amazônia

é sócio-fundador e CEO da Joias Ecológicas da Amazônia. Engenheiro pelo Instituto Militar de Engenharia (IME), construiu carreira no setor imobiliário e de infraestrutura, com passagens pela CR2 Empreendimentos Imobiliários e Razão Engenharia e liderança de projetos de grande porte. No setor público, foi diretor na Secretaria do Patrimônio da União (SPU/Ministério da Economia), assessor de privatizações do BNDES com foco em real estate e infraestrutura, executivo da EMGEA e conselheiro fiscal da Dataprev. Na Joias Ecológicas, lidera a estratégia e o desenvolvimento de projetos de carbono de base comunitária em Reservas Extrativistas federais, em parceria com as associações locais e o ICMBio.

Israel Gonçalves da Graça — Advogado, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil no Amapá e Presidente da Comissão Nacional de Direito Ambiental da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

Presidente da OAB/AP (2025/2027), Presidente da Comissão Nacional de Direito Ambiental do CFOAB, Possui graduação em MATEMÁTICA e em DIREITO pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Mestre em DIREITO AMBIENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS pela UNIFAP; Especialização em METODOLOGIA DO ENSINO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR pela UNINTER. Advocacia Estratégica Ambiental e Regulatória para Infraestrutura, Mineração, Portos e Petróleo Gás na Amazônia - Relações Institucionais na Amazônia. Ex-Procurador do Município de Santana (2012), Ex-Gerente de Instituição Financeira (2002 a 2010). Speaker e Consultor em Governança Ambiental, Infraestrutura e Relações Institucionais na Amazônia.

MERCADO DE CARBONO no Brasil e o papel do MP

PRESIDENTE DE MESA

Luciana Espinheira da Costa Khoury — Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA)

Bacharela e Mestra em Direito pela Universidade Federal da Bahia (1997 e 2018, respectivamente). Atualmente é Promotora de Justiça Regional Ambiental e Coordenadora do Núcleo de Defesa do Rio São Francisco (NUSF) do Ministério Público do Estado da Bahia. Também atua como coordenadora nacional do Programa de Fiscalização Preventiva Integrada (FPI) na bacia do São Francisco, e como integrante do Núcleo de Tratamento de Conflitos Agrários e Fundiários (NUAF). Desde 2012 atua na coordenação do Fórum Baiano de Combate aos impactos dos agrotóxicos, transgênicos e pela agroecologia, e na gerência do Programa Município Ecológico. Possui relevante atuação na governança das águas, e vem acompanhando os Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e seus comitês afluentes, a exemplo daqueles compreendidos pelos rios: Paramirim e Santo Onofre, Salitre, Grande, Corrente e Verde Jacaré. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: recursos hídricos, transposição do Rio São Francisco, metodologia de Fiscalização Preventiva Integrada (FPI), gestão ambiental municipal, combate aos agrotóxicos, defesa dos povos e comunidades tradicionais, defesa da fauna silvestre, educação ambiental, patrimônio cultural e improbidade ambiental.

Raul Protázio Romão — Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará/Consórcio Interestadual da Amazônia Legal

Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará. Ex-Secretário Adjunto de Clima e Recursos Hídricos do Pará. Atuou na formulação da Política Estadual de Clima e no Plano Estadual Amazônia Agora. Coordena a estruturação do Sistema Jurisdicional de REDD+, além do Plano Estadual de Restauração e do Programa Estadual de Rastreabilidade da Cadeia da Pecuária. É Procurador do Estado do Pará, desde 2017.

Mariane Nardi — Coordenadora-Geral de REDD+, do departamento de Instrumento de mercado e REDD+ da SMC/MMA - Comissão Nacional para REDD+CONAREDD

Mestre em Biodiversidade Tropical (UNIFAP, 2013); especialista em Educação, Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR, 2006) e graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Paraná (1999). Atuou como professora do Governo do Estado do Paraná e do governo do Amapá. É Analista Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amapá e hoje atua como Coordenadora para Clima e Serviços Ambientais. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Ambiental, atualmente trabalha com Mudanças Climáticas, Serviços Ecossistêmicos e REDD+.

Felipe de Moura Palha e Silva — Procurador da República e representante da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (6CCR/MPF)

Diretor Titular do Departamento de Meio Ambiente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Executivo com quase 20 anos de experiência nas áreas de Governança Corporativa, Gestão de Riscos, Compliance, ESG, sustentabilidade e relações institucionais. É fundador e sócio-idealizador da Brasiliano Consultoria. Atuou na KPMG e foi Diretor do Departamento de Patrimônio Genético da Secretaria de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente, tendo também participado do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen).

Na iniciativa privada, exerceu a função de Diretor de Desenvolvimento Sustentável da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC), com atuação nas agendas de sustentabilidade, biodiversidade, bioeconomia, economia circular, mudanças climáticas, descarbonização e logística reversa. Também atua como professor e palestrante em programas de MBA e pós-graduação. Em 2026, assumiu a Diretoria Titular do Departamento de Meio Ambiente da FIESP, contribuindo para a agenda ambiental e de sustentabilidade do setor industrial.

SEMINÁRIO

MERCADO DE CARBONO no Brasil e o papel do MP

Marília Silva de Oliveira — Pesquisadora da Diretoria de Políticas Públicas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)

Marília Oliveira é bacharel e doutora em ciência política pela Universidade de Brasília e pesquisadora da Diretoria de Políticas Públicas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM). É especialista em política e financiamento climático, governança e capacidades estatais. Junto ao IPAM, apoia tecnicamente governos subnacionais na implementação de programas jurisdicionais de REDD+ como política pública.

PRESIDENTE DE MESA

Alexandre Gaio — Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná (MPPR)

Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná (MPPR). Graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), especialista em Direito Público pela UFPR e mestre em Direito Econômico e Socioambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Atua na área de Direito Ambiental, com experiência na proteção da Mata Atlântica, mudanças climáticas, licenciamento ambiental, saneamento, gestão de resíduos sólidos e defesa da biodiversidade. Exerceu funções no Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Proteção ao Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo e no GAEMA – Regional Curitiba. Foi presidente da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA) no triênio 2022–2025 e é coordenador do Projeto Mata Atlântica em Pé e do Projeto ABRAMPA pelo Clima. É autor do livro Lei da Mata Atlântica Comentada, publicado pela Editora Almedina, e professor de Direito Ambiental.

Pedro Maranhão — Diretor Presidente - Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (ABREMA)

Pedro Maranhão é economista, empresário e gestor de projetos de infraestrutura. No setor privado, desenvolveu atividades nas áreas de saneamento, energia, agroindústria e reflorestamento, sempre exercendo o papel de gestor e formulador de novos negócios. Foi secretário nacional de Saneamento, atuando na aprovação, em 2020, do novo Marco Legal do Saneamento e suas regulamentações. É atualmente o diretor-presidente da Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (Abrema), entidade cujo objetivo é impulsionar de forma sustentável o desenvolvimento do setor de resíduos no Brasil.

Guilherme Kirtschig — Procurador do Trabalho - Ministério Público do Trabalho (MPT)

Doutor e Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Especialista em Direito Penal Econômico pela Universidad de Castilla-La Mancha (UCLM). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Procurador do Trabalho em Curitiba/PR, com atuação especializada na área de Meio Ambiente do Trabalho. Membro do Grupo de Estudos de Mudanças Climáticas do Ministério Público do Trabalho (MPT). Membro do Grupo de Estudos sobre Inteligência Artificial e Meio Ambiente do Trabalho do MPT. Membro do Conselho Acadêmico da Escola da Associação Nacional das Procuradoras e Procuradores do Trabalho (ANPT). Docente junto à Escola da ANPT e à Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU).

PRESIDENTE DE MESA

Vinicius Lameira Bernardo — Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ)

Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ). LL.M. em Direito Público e Internacional pela University of Melbourne, Austrália. Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva do Meio Ambiente e do Urbanismo do MPRJ e titular da 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Cabo Frio. Atua na área de Direito Ambiental, com experiência em tutela coletiva, mudanças climáticas, segurança hídrica, saneamento, desmatamento, urbanismo e prevenção e resposta a desastres socioambientais. É professor de Direito Ambiental da Escola de Governo do MPRJ e exerce função de direção na Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA).

SEMINÁRIO

MERCADO DE CARBONO no Brasil e o papel do MP

Possui produção acadêmica voltada especialmente à atuação do Ministério Público na agenda climática e ambiental.